

DOI: <https://doi.org/10.58871/CONSAMU25.C11>

**INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA SAÚDE FEMININA:
IMPLICAÇÕES PARA O DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO E MANEJO
TERAPÊUTICO**

**SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS IN WOMEN'S HEALTH:
IMPLICATIONS FOR DIAGNOSIS, PREVENTION AND THERAPEUTIC
MANAGEMENT**

MARIA EMÍLIA DANTAS OLIVEIRA

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

ANDRÉ LUÍS BRAGA DA SILVA

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

ADRIELLY STERFANNY DA SILVA

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

ANNY JAÍNE PRAXEDES DE MOURA

Graduanda em Farmácia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

LENILDA RAIANE GOMES FRANCISCO HARDOIN

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Cesumar - UNICESUMAR

LORRANY MARRY CUNHA DA SILVA

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF

RAFAELA KMITA DANIEL

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

THAYANNE THYSSYANNE DE SOUZA SOARES COSTA

Bioteecnologista e Pós-Graduada em Abordagem Multidisciplinar em Oncologia - Faculdade Líbano

UDGLYLÂNIA OLIVEIRA ARAUJO

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

GABRIELA FERREIRA RAMOS

Enfermeira, Pós-graduanda em Obstetrícia pela Faculdade União de Campo Mourão - UNICAMPO

RESUMO

Objetivo: Analisar os principais desafios e estratégias relacionados ao diagnóstico precoce, à prevenção e ao manejo terapêutico das infecções sexualmente transmissíveis na saúde feminina

Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados *MEDLINE* e *LILACS*. Para delimitar a pesquisa, foram selecionados os descritores baseados nos termos identificados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Infecções Sexualmente

Transmissíveis; Saúde da Mulher; Diagnóstico Precoce; Testes de Diagnóstico Rápido; Prevenção de Doenças; Preservativo; Preservativo Interno de Uso Único; Comportamento Sexual; Sexo sem Proteção; Terapêutica; Vulnerabilidade em Saúde; Fatores de Risco. A estratégia de busca resultou em 3.368 estudos. Foram considerados aptos os estudos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente a temática proposta. Prosseguiu-se com a leitura dos títulos e resumos, culminando na seleção final de 10 estudos que compõem a amostra desta revisão. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados evidenciam que as infecções sexualmente transmissíveis (IST) permanecem fortemente associadas a desigualdades sociais, de gênero, idade, orientação sexual e contextos de vulnerabilidade estrutural. Lacunas de conhecimento e baixa percepção de risco foram identificadas, favorecendo práticas sexuais desprotegidas. Entre mulheres, fatores como dependência econômica, violência conjugal, casamento precoce e dificuldade de negociação do preservativo ampliam a exposição. De forma consistente, os estudos apontam a necessidade de estratégias educativas contínuas, ampliação do rastreamento, fortalecimento da atenção básica, uso da prevenção combinada e adoção de políticas inclusivas, centradas nas práticas sexuais reais e na promoção da equidade em saúde. **Considerações Finais:** As IST configuram um desafio persistente para a saúde pública feminina, fortemente influenciado por fatores biológicos, sociais, culturais e estruturais. Investir em acolhimento, informação qualificada e ampliação do acesso é essencial para reduzir desigualdades e promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

Palavras-chave: Comportamento sexual; Infecções sexualmente transmissíveis; Vulnerabilidade em saúde.

ABSTRACT

Objective: To analyze the main challenges and strategies related to early diagnosis, prevention, and therapeutic management of sexually transmitted infections in women's health. **Methodology:** This is an integrative literature review, conducted in the MEDLINE and LILACS databases. To delimit the research, descriptors were selected based on terms identified in the Health Sciences Descriptors (DeCS): Sexually Transmitted Infections; Women's Health; Early Diagnosis; Rapid Diagnostic Tests; Disease Prevention; Condom; Single-Use Internal Condom; Sexual Behavior; Unprotected Sex; Therapeutics; Health Vulnerabilities; Risk Factors. The search strategy resulted in 3,368 studies. Studies published between 2020 and 2025, in Portuguese and English, that directly addressed the proposed theme were considered eligible. The reading of titles and abstracts continued, culminating in the final selection of 10 studies that comprise the sample of this review. **Results and Discussion:** The studies analyzed show that sexually transmitted infections (STIs) remain strongly associated with social inequalities, gender, age, sexual orientation, and contexts of structural vulnerability. Knowledge gaps and low risk perception were identified, favoring unprotected sexual practices. Among women, factors such as economic dependence, domestic violence, early marriage, and difficulty negotiating condom use increase exposure. Consistently, the studies point to the need for continuous educational strategies, expanded screening, strengthened primary care, the use of combined prevention, and the adoption of inclusive policies focused on real sexual practices and the promotion of health equity. **Final Considerations:** STIs constitute a persistent challenge for women's public health, strongly influenced by biological, social, cultural, and structural factors. Investing in support, qualified information, and increased access is essential to reduce inequalities and promote women's sexual and reproductive health.

Keywords: Sexual behavior; Sexually transmitted infections; Health vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são causadas por diversos agentes etiológicos, incluindo vírus, bactérias e outros microrganismos. A transmissão ocorre predominantemente por contato sexual desprotegido, seja vaginal, anal ou oral, com uma pessoa infectada. Também pode ocorrer transmissão vertical durante a gestação, no parto ou, em situações específicas, pelo aleitamento materno, especialmente quando o tratamento materno é inadequado ou inexistente (Brasil, 2021).

IST constituem um relevante desafio para a saúde pública, uma vez que repercutem ao longo de todo o curso de vida e interferem diretamente na saúde sexual e reprodutiva. Esses agravos estão associados a estigmatização, infertilidade, neoplasias e diversas complicações gestacionais, configurando um importante impacto clínico, social e epidemiológico. Na população feminina, podem resultar em desfechos graves, com implicações significativas para a população, os sistemas de saúde e a economia global (Brasil, 2022).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece diretrizes globais para a prevenção e o controle das IST, destacando que as mulheres apresentam maior vulnerabilidade à infecção, resultado de uma combinação de fatores biológicos, sociais e culturais. Do ponto de vista biológico, a maior extensão de mucosas expostas durante o contato sexual aumenta a probabilidade de transmissão. Sob a perspectiva social e cultural, elementos como violência e desigualdade de gênero, estigma e discriminação, casamento precoce, gravidez na adolescência e limitação no acesso aos serviços de saúde desempenham papel determinante. Esses obstáculos são frequentemente agravados pela baixa escolaridade, dependência financeira e pela sobrecarga de responsabilidades domésticas, que dificultam a procura por cuidados de saúde (OMS, 2022).

O cuidado integral à saúde feminina exige ações articuladas que englobam diagnóstico, prevenção, manejo terapêutico e a superação das implicações sociais relacionadas às doenças. No âmbito diagnóstico, a identificação precoce por meio de triagem adequada, avaliação clínica criteriosa e testes laboratoriais oportunos é fundamental para reduzir atrasos no início do tratamento. As estratégias de prevenção incluem a ampliação do acesso à vacinação, bem como o fortalecimento de ações educativas em diferentes espaços sociais. No manejo terapêutico, o êxito depende da detecção precoce, da adesão ao tratamento e da integração dos serviços, garantindo continuidade do cuidado e monitoramento adequado. Além disso, é indispensável enfrentar barreiras que influenciam negativamente a capacidade das mulheres de prevenir, identificar e tratar essas condições (OMS, 2022).

Diante dos fatores biológicos, sociais e culturais que atravessam o processo saúde-doença, esta pesquisa tem como objetivo analisar os principais desafios e estratégias relacionados ao diagnóstico precoce, à prevenção e ao manejo terapêutico das IST na saúde feminina. Busca-se, assim, contribuir para o fortalecimento das práticas de cuidado com enfoque na autonomia, na equidade e na promoção da saúde sexual.

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese crítica e abrangente de resultados provenientes de múltiplas investigações. Para a sua construção, realizou-se um processo composto por seis etapas fundamentais: 1) Elaboração da questão norteadora; 2) Busca e coleta de evidências; 3) Categorização dos dados; 4) Avaliação crítica e síntese das evidências identificadas; 5) Interpretação dos resultados; 6) Apresentação da revisão integrativa.

A presente revisão foi conduzida a partir da seguinte questão norteadora: “Quais são os principais desafios e estratégias para o diagnóstico precoce, prevenção e manejo terapêutico das IST na saúde feminina?”. Essa questão foi estruturada com base na estratégia PICO, apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Estruturação da questão norteadora segundo estratégia PICO

ACRÔNIMO	APLICAÇÃO
P (População)	Mulheres em idade reprodutiva e/ou usuárias dos serviços de saúde
I (Intervenção)	Estratégias de diagnóstico precoce, prevenção e manejo terapêutico
C (Controles)	Práticas convencionais sem abordagens estruturadas
O (Outcome/Desfecho)	Melhoria na detecção precoce, redução da incidência, aumento da adesão ao tratamento e melhora da qualidade de vida

Fonte: Elaborada pelos autores.

A busca pelos estudos foi realizada no mês de setembro de 2025, nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE)* e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para delimitar a pesquisa, foram selecionados descritores baseados nos termos identificados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR” conforme os agrupamentos representados no quadro a seguir (Quadro 2).

Quadro 2 - Estratégia de busca bibliográfica nas bases de dados

DESCRIPTOR E COMBINAÇÕES	RESULTADOS OBTIDOS
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Saúde da Mulher	1613
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Diagnóstico Precoce OR Testes de Diagnóstico Rápido	31
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Prevenção de Doenças AND Preservativo OR Preservativo Interno de Uso Único	194
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Comportamento Sexual AND Sexo sem Proteção	1012
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Terapêutica	398
Infecções Sexualmente Transmissíveis AND Vulnerabilidade em Saúde OR Fatores de risco	120

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A estratégia de busca resultou em 3.368 estudos, os quais foram submetidos a uma triagem inicial com base nos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos. Foram considerados aptos os estudos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente a temática proposta. Foram excluídas duplicatas, publicações sem acesso ao texto completo, bem como dissertações, teses, monografias, editoriais, cartas ao leitor e documentos institucionais ou não científicos. Após a aplicação desses filtros, restaram 408 estudos para avaliação. Prosseguiu-se, então, com a leitura dos títulos e resumos, culminando na seleção final de 10 estudos que compõem a amostra desta revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta e seleção dos artigos que compuseram a matriz de síntese, elaborou-se um quadro sintético (Quadro 3), com o objetivo de organizar e facilitar a análise dos dados.

Quadro 3 - Descrição metodológica dos estudos selecionados para a revisão.

Nº	TÍTULO	AUTOR E ANO	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
1	Conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis em usuários de um centro de testagem e aconselhamento.	AGUIAR, C. A. <i>et al.</i> 2021	Estudo exploratório descritivo.	As evidências apontam que gestantes, adolescentes e idosos apresentaram menor nível de conhecimento acerca das IST e uso irregular de preservativos.
2	Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis.	MOURA, S. L. O. <i>et al.</i> 2021	Estudo exploratório descritivo com abordagem	As mulheres apresentaram baixa percepção acerca de sua condição de vulnerabilidade às IST, o que contribui para a adoção limitada de medidas preventivas e para a demora na busca por diagnóstico e tratamento.

			qualitativa.	
3	Prevalência e fatores de risco demográficos, socioeconômicos e comportamentais de sintomas auto-relatados de infecções sexualmente transmissíveis (IST) entre mulheres já casadas: evidências de pesquisas nacionalmente representativas em Bangladesh.	HUDA, M. N. <i>et al.</i> 2022	Estudo retrospectivo repetido de corte transversal	Mulheres de 25 a 34 anos, que usaram contraceptivos e se casaram mais cedo tiveram uma probabilidade aumentada de manifestar sintomas. Em contrapartida, aquelas com melhores condições socioeconômicas e que relataram tomada de decisão compartilhada no contexto conjugal mostraram-se menos propensas à ocorrência de sintomas relacionados a essas infecções.
4	Mulheres trabalhadoras do sexo e a prevenção do HIV: evidências do autocuidado sexual.	SAGICA, J. H. T. <i>et al.</i> 2025.	Revisão integrativa da literatura.	O estudo evidenciou práticas de autocuidado e de atenção à saúde direcionadas às trabalhadoras do sexo, incluindo ações de prevenção, educação em saúde, ampliação do acesso a insumos de proteção e incentivo à realização de exames periódicos.
5	Vulnerabilidade ao vírus da imunodeficiência humana: conhecimentos e práticas de mulheres privadas de liberdade.	CORREIA, A. S. L. <i>et al.</i> 2024.	Pesquisa de campo descritiva com abordagem qualitativa.	Mulheres privadas de liberdade relataram a prática de relações sexuais desprotegidas e o compartilhamento de objetos perfurocortantes, comportamentos que ampliam o risco de infecção.
6	Fatores associados à realização de testagem prévia para HIV, sífilis e hepatites B e C entre mulheres trans e travestis no Brasil.	LEITE, B. O. <i>et al.</i> 2024.	Estudo de corte transversal.	Observou-se baixa frequência de testagem para HIV, sífilis, HBV e hepatite C (HCV). Esse achado evidencia fragilidades no acesso e na adesão às ações de rastreamento, comprometendo o diagnóstico precoce, o início oportuno do tratamento.
7	Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis.	ANDRADE, J. <i>et al.</i> 2020.	Estudo transversal.	Mulheres que fazem sexo com mulheres (WSW) apresentaram elevada prevalência de IST, associada a fatores de vulnerabilidade individual, como baixa percepção de risco, práticas preventivas inconsistentes e limitações no acesso a informações e serviços de saúde sexual.
8	Percepções de mulheres lésbicas e bissexuais sobre risco e estratégias preventivas às infecções sexualmente transmissíveis.	SILVEIRA, A. C. T.; SCHNOR, A. C.; ROCHA, K. B. 2022.	Estudo de método misto sequencial.	As participantes reconheceram que podem existir riscos de transmissão em relações entre mulheres, porém há falta de informações claras e específicas sobre prevenção e a ausência de insumos adaptados às práticas sexuais entre mulheres.
9	Padrões de práticas sexuais, infecções sexualmente transmissíveis e outras infecções genitais em mulheres que fazem sexo apenas com mulheres (WSWO), mulheres que fazem sexo apenas com homens (WSMO) e mulheres que fazem sexo com homens e mulheres (WSMW): descobertas de uma clínica de saúde sexual em Melbourne, Austrália,	ENGEL, J. L. <i>et al.</i> 2022.	Estudo transversal.	WSMW relataram maior número de parceiros sexuais quando comparadas aos demais grupos. A vaginose bacteriana apresentou maior prevalência entre WSWO. Em contraste, a clamídia e a sífilis foram mais frequentemente observadas entre mulheres que fazem sexo exclusivamente com homens WSMO. Esses achados evidenciam que os perfis de exposição e risco para infecções variam de acordo com as práticas sexuais, reforçando a necessidade de abordagens adaptadas às especificidades de

	2011–2019.			cada grupo.
10	Barreiras e facilitadores para a aceitabilidade do preservativo feminino em países de baixa e média renda: uma revisão sistemática.	FASEHUN, L. <i>et al.</i> 2022.	Revisão sistemática da literatura.	Foram identificadas quatro barreiras para a aceitabilidade do preservativo feminino, sendo elas: aceitabilidade, funcionalidade, estética e acesso do parceiro. Também foram identificados quatro facilitadores principais para a aceitabilidade do CF, incluindo uso repetido, atitudes de apoio, confiança na proteção e controle reprodutivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

As IST constituem um relevante desafio para a saúde pública mundial, não apenas pelos impactos clínicos, mas também pelo expressivo peso social que carregam, marcado por estigma, preconceito e desinformação, fatores que dificultam o diagnóstico oportuno e o acesso ao tratamento. Além de comprometer o estado de saúde, as IST aumentam o risco de complicações, favorecem o desenvolvimento de outras condições e podem evoluir para quadros mais graves quando não identificadas e tratadas adequadamente.

O estudo de Aguiar *et al.* (2021) evidenciou lacunas significativas no conhecimento sobre IST em diferentes faixas etárias, com maior destaque entre adolescentes e idosos. Entre os adolescentes, fatores como sentimento de invulnerabilidade, impulsividade e dificuldades na comunicação sobre saúde sexual contribuem para a adoção de comportamentos de risco. Ademais, a confiança no parceiro é frequentemente associada a uma falsa percepção de segurança, favorecendo a manutenção de práticas sexuais desprotegidas. No grupo de idosos, a insuficiência de informações e a baixa percepção de risco também se configuram como elementos que dificultam a prevenção, reforçando a necessidade de estratégias educativas específicas para esses segmentos etários.

A análise do estudo evidencia a relevância da educação sexual como estratégia fundamental no enfrentamento das IST, destacando a necessidade de ampliar os recursos destinados a ações de letramento em saúde voltadas a diferentes faixas etárias. A promoção da educação em saúde e a disseminação de informações qualificadas são essenciais, considerando que as manifestações clínicas dessas infecções podem variar desde sintomas leves, até desfechos mais graves. Nesse sentido, investir em ações que integrem compreensão, educação e prevenção, de forma contínua e abrangente, configura-se como uma estratégia indispensável para a promoção da saúde da população (Aguiar *et al.*, 2021).

As mulheres vivenciam maior vulnerabilidade às IST em decorrência de fatores estruturais e individuais, como desigualdade social e de gênero, dependência emocional e econômica, início precoce da vida sexual, limitações no acesso à informação e baixa

escolaridade. Nesse contexto, Moura *et al.* (2021) apontam que a baixa percepção de vulnerabilidade está frequentemente associada à sensação de proteção atribuída ao casamento ou à relações consideradas estáveis, bem como à ausência do risco de gravidez.

A distorção na percepção do risco é preocupante, pois leva muitas mulheres a associarem o uso do preservativo exclusivamente à prevenção da gestação ou a acreditarem que a exposição às IST ocorre apenas em relacionamentos ocasionais. Tal compreensão limitada, frequentemente relacionada à falta de informação, dificulta a adoção de comportamentos preventivos e reforça práticas de risco. Diante desse cenário, torna-se imprescindível ampliar a disseminação de informações qualificadas e promover a autonomia sexual feminina, possibilitando que as mulheres reconheçam a real vulnerabilidade à qual estão expostas e adotem estratégias efetivas de proteção (Moura *et al.*, 2021).

O estudo de Huda *et al.* (2022) analisou que fatores como idade reprodutiva, casamento precoce e vulnerabilidade social estão associados ao aumento do risco de sintomas, especialmente em contextos nos quais as mulheres enfrentam dificuldades para negociar o uso do preservativo. Mulheres que se casaram na adolescência apresentaram maior probabilidade de apresentar sintomas, evidenciando o impacto do acesso restrito à educação e à informação. Em contrapartida, melhores condições socioeconômicas mostraram-se associadas a menor ocorrência desses agravos, reforçando o papel protetor da escolaridade, da autonomia financeira e do acesso aos serviços de saúde. Destacou-se que a vivência de violência conjugal esteve associada ao aumento do risco de lesões genitais, destacando a relação entre desigualdade de gênero e maior exposição às infecções.

As mulheres trabalhadoras do sexo enfrentam múltiplas vulnerabilidades relacionadas tanto às condições do trabalho quanto a fatores socioculturais, como estigmatização e preconceito, que ampliam a exposição ao HIV e a outras infecções. O estigma social associado a essa atividade favorece práticas discriminatórias e constitui uma barreira estrutural ao acesso e à utilização dos serviços de saúde, dificultando a busca por cuidados preventivos e assistenciais (Sagica *et al.*, 2025).

O uso do preservativo permanece como o método mais seguro e indispensável para a prevenção das IST, além de representar uma prática de autocuidado e empoderamento, especialmente entre trabalhadoras do sexo. De forma complementar, a ampliação do acesso aos testes rápidos, oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), associada ao desenvolvimento de ações educativas que abordem as formas de transmissão, estratégias de prevenção e condutas diante de situações de risco, fortalecem a vigilância e o cuidado em saúde. Soma-se a isso a disponibilização da profilaxia pós-exposição (PEP) e da profilaxia

pré-exposição (PrEP), que, quando utilizadas de maneira adequada e oportuna, reduzem significativamente o risco de infecção (Sagica *et al.*, 2025).

Diante desse contexto, torna-se essencial garantir espaços de acolhimento livres de estigmas e preconceitos, especialmente voltados às trabalhadoras do sexo, com o objetivo de ampliar o acesso às ações educativas de forma humanizada e esclarecer sua importância para a conscientização dessas mulheres. Essa abordagem favorece a realização periódica de testagens e o acesso oportuno às medidas de prevenção nos contextos de pré e pós-exposição ao HIV. Dessa forma, contribui-se para a redução da vulnerabilidade social e em saúde, além de promover maior autonomia dessas mulheres (Sagica *et al.*, 2025).

O estudo realizado por Correia *et al.* (2024) evidencia que mulheres privadas de liberdade apresentam elevada vulnerabilidade ao HIV, resultante da sobreposição de fatores sociais, históricos e estruturais que se agravam no contexto prisional. Embora muitas possuam algum conhecimento sobre prevenção, barreiras como acesso limitado a insumos, ausência de programas educativos contínuos e baixa percepção de risco comprometem a adoção de práticas protetivas. A trajetória marcada por pobreza, violência e baixa escolaridade reforçam a exposição ao vírus e limitam a autonomia em saúde.

No cenário brasileiro, pessoas LGBTQIA+ no ambiente prisional convivem com discriminação, pouca oferta de cuidados específicos e falta de políticas ajustadas às suas necessidades, o que amplia vulnerabilidades já existentes. Diante desse quadro, torna-se essencial fortalecer políticas de saúde prisional com enfoque de gênero, ampliando ações educativas, acesso a insumos, cuidado ginecológico e suporte psicossocial, a fim de promover equidade e garantir condições de cuidado adequadas à essa população (Correia *et al.*, 2024).

Leite *et al.* (2024) investigaram a frequência de testagem para HIV/AIDS, sífilis, HBV e HCV na população trans, evidenciando índices abaixo das metas nacionais de prevenção. Entre os fatores associados à maior realização de testes destacaram-se maior escolaridade, relato de violência verbal ou psicológica no último ano e histórico recente de parcerias casuais, enquanto a idade igual ou superior a 35 anos apresentou associação negativa. Embora haja percepção de risco, persistem barreiras que limitam o acesso às ações de prevenção, reforçando a necessidade de políticas públicas que ampliem a equidade no acesso à saúde, fortaleçam a atenção básica e promovam ambientes acolhedores e inclusivos, de modo a reduzir vulnerabilidades e garantir cuidado integral.

O estudo de Silveira, Schnor e Rocha (2022) revela diferenças importantes sobre a percepção de risco em mulheres lésbicas e bissexuais. Embora a maioria das participantes reconheça a possibilidade de transmissão de infecções como Herpes, HIV, HPV e Sífilis nas

relações entre mulheres, a percepção de vulnerabilidade individual muitas vezes é mediada pela confiança na parceria fixa, o que tende a diminuir a adoção de medidas preventivas. Por outro lado, mulheres sem parceria fixa relataram maior angústia e incerteza em situações de sexo casual, exacerbada pela falta de um consenso claro nas informações de saúde sobre o risco real de transmissão. No que diz respeito às estratégias preventivas, identificou-se que o cuidado se baseia predominantemente em práticas de higiene e acordos interpessoais.

As barreiras de acesso a insumos e informações qualificadas manifestam-se como fatores críticos que perpetuam a vulnerabilidade. As participantes apontaram a inexistência de insumos preventivos próprios para o sexo entre mulheres e a escassez de materiais educativos específicos. Essa invisibilidade programática reforça a sensação de que as políticas de saúde não contemplam suas vivências sexuais, deixando-as adstritas a informações informais ou contraditórias encontradas na internet ou entre pares, o que dificulta a adoção de práticas de sexo seguro baseadas em evidências. O estudo conclui que é urgente romper com a invisibilidade histórica, oferecendo acolhimento livre de preconceitos e insumos adequados para garantir o direito à saúde sexual plena (Silveira; Schnor; Rocha, 2022).

A análise de Engel *et al.* (2022) mostra diferenças consistentes nas práticas sexuais entre mulheres que fazem sexo apenas com mulheres (WSWO), apenas com homens (WSMO) e com ambos (WSMW). Observou-se que as WSMW relataram o maior número de parceiros sexuais no último ano, contribuindo para uma maior exposição a diferentes contextos sexuais, no entanto, houve maior consistência no uso de preservativos neste grupo. Quanto às infecções, padrões distintos foram observados. As WSWO apresentaram maior prevalência de vaginose bacteriana, associada a práticas sexuais que envolvem contato digital, oral e compartilhamento de brinquedos sexuais. As WSMO demonstraram maior prevalência de clamídia e sífilis, infecções associadas com maior probabilidade de transmissão por sexo pênis-vagina ou pênis-ânus.

Essas diferenças comportamentais têm implicações diretas para o rastreamento, a prevenção e as estratégias de educação em saúde. As diretrizes recomendam que o rastreamento seja orientado pelas práticas sexuais e não pela identidade sexual. Dessa forma, os testes para HIV e sífilis devem ser considerados rotineiros para todas as mulheres sexualmente ativas, enquanto os testes para clamídia e gonorréia devem ser solicitados de acordo com o tipo de exposição sexual. Esses achados reforçam a importância do aconselhamento sobre o uso consistente de preservativos e de outras estratégias preventivas adaptadas às práticas de cada grupo, priorizando abordagens individualizadas, baseadas nas necessidades específicas de cada mulher (Engel *et al.*, 2022).

Andrade *et al.* (2020) investigaram a vulnerabilidade às IST em WSWO identificando uma alta prevalência de infecções, com destaque para o HPV. No que se refere às práticas sexuais que potencializam o risco, o estudo demonstrou que a diversidade de comportamentos sexuais nesse grupo é determinante. Observou-se uso inconsistente de preservativos pela maioria das participantes e elevada frequência de relações sexuais após consumo de álcool ou drogas. Os achados reforçam a urgência de qualificar o cuidado, ampliando a oferta de exames de rastreio, garantindo espaços de escuta qualificada e reforçando políticas públicas que incluam, de forma efetiva, todas as identidades de gênero.

Fasehun *et al.* (2022) apontaram que a baixa aceitabilidade do preservativo feminino, resulta de uma combinação de fatores culturais, estruturais, econômicos e de usabilidade. A resistência de parceiros masculinos, sustentada por normas de gênero que concentram o poder de decisão sexual nos homens, dificulta a negociação do uso e gera rejeição, o que reflete desigualdades de gênero enraizadas. Somam-se a isso barreiras como dificuldades na inserção, desconforto, dúvidas sobre eficácia, questões estéticas e medo de deslocamento, além de obstáculos estruturais como limitada disponibilidade, custo mais elevado e pouca oferta nos serviços de saúde, o que restringe o acesso e o conhecimento do método.

Apesar dessas barreiras, a revisão identifica diversos fatores que favorecem a aceitação do preservativo feminino. A familiarização progressiva com o método torna o uso mais simples e confortável, assim como o apoio de parceiros, profissionais de saúde e comunidades também facilita a adoção, especialmente quando existem informações claras e demonstrações práticas de uso. Além disso, entre as mulheres que buscam maior autonomia reprodutiva e sexual, o preservativo feminino é especialmente valorizado por permitir o controle da proteção sem depender da cooperação masculina (Fasehun *et al.*, 2022).

Essas evidências indicam que ampliar o uso do preservativo feminino não depende apenas de disponibilizá-lo, mas de promover estratégias integradas que abordem simultaneamente oferta, custo, informação e desigualdades de gênero. Isso inclui a realização de campanhas educativas com orientações claras e acessíveis, e a capacitação dos profissionais para orientar adequadamente sobre o uso e os benefícios do método, superando a falta de informação que muitas vezes inviabiliza o preservativo feminino nas práticas de cuidado. Assim, o preservativo feminino pode alcançar maior utilização, desde que políticas de saúde sexual e reprodutiva abordem de forma consistente essas barreiras e ampliem os fatores que favorecem sua aceitação (Fasehun *et al.*, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IST representam um problema persistente e complexo de saúde pública, especialmente no que se refere à saúde feminina. Os estudos analisados demonstram que a vulnerabilidade das mulheres é fortemente influenciada por fatores biológicos, sociais, culturais e estruturais, que variam desde desigualdades de gênero e baixa escolaridade até limitações no acesso à informação, serviços de saúde e autonomia sexual. Assim, os estudos reforçam que fatores como violência de gênero, discriminação, estigma, desigualdade social e limitações programáticas no sistema de saúde agravam ainda mais a exposição às IST e dificultam práticas preventivas, incluindo testagem regular, acesso a insumos e educação em saúde. Investir em informação, acesso e acolhimento é fundamental para promover a saúde sexual e reprodutiva, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das mulheres nos diferentes contextos sociais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. A. *et al.* Knowledge about sexually transmitted infections among users of a testing and counseling center. **DST - J Bras Doenças Sex Transm**, v. 33, p. 1-6, 2021.
- ANDRADE, J. *et al.* Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3809-3819, 2020.
- BRASIL. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Prevenção a Transmissão Vertical. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- BRASIL. PCDT para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) é atualizado no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- CORREIA, A. S. L. *et al.* Vulnerabilidade ao vírus da imunodeficiência humana: conhecimentos e práticas de mulheres privadas de liberdade. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, v. 16, p. 1-8, 2024.
- ENGEL, J. L. *et al.* Patterns of Sexual Practices, Sexually Transmitted Infections and Other Genital Infections in Women Who Have Sex with Women Only (WSWO), Women Who Have Sex with Men Only (WSMO) and Women Who Have Sex with Men and Women (WSMW): Findings from a Sexual Health Clinic in Melbourne, Australia, 2011-2019. **Archives of Sexual Behavior**, v. 52, n. 5, p. 2651-2665, 2022.
- FASEHUN, L. *et al.* Barriers and Facilitators to Acceptability of the Female Condom in Low- and Middle-Income Countries: A Systematic Review. **Annals of Global Health**, v. 88, n. 1, p. 1-15, 2022.

HUDA, M. N. *et al.* Prevalence and Demographic, Socioeconomic, and Behavioral Risk Factors of Self-Reported Symptoms of Sexually Transmitted Infections (STIs) among Ever-Married Women: Evidence from Nationally Representative Surveys in Bangladesh. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 19, n. 3. p. 1-15, 2022.

LEITE, B. O. *et al.* Factors associated with prior testing for HIV, Syphilis, and Hepatitis B and C among transgender women and travestis in Brazil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, n. 1, p. 1-9, 2024.

MOURA, S. L. O. *et al.* Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 1, p. 1-8, 2021.

SAGICA, J. H. T. *et al.* Mulheres trabalhadoras do sexo e a prevenção do hiv: evidências do autocuidado sexual. **Enfermagem Foco**, v. 16, n. 1, p. 1-9, 2025.

SILVEIRA, A. C. T.; SCHNOR, A. C.; ROCHA, K. B. Percepções de Mulheres Lésbicas e Bissexuais sobre Risco e Estratégias Preventivas às Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 1687-1708, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global health sector strategies on, respectively, HIV, viral hepatitis and sexually transmitted infections for the period 2022-2030, 2022.